

História e Memória da Ditadura Militar Brasileira¹

History and Memory of the Brazilian Military Dictatorship

Priscila Aparecida MARTINS²

Resumo: O ano de 1964 marcou o início de um período significativo na história do Brasil, que durou vinte e um anos e se caracterizou como um momento repleto de perseguições, torturas e mortes. No entanto, as percepções atuais sobre essa época pela população brasileira estão longe de alcançar unidade no reconhecimento dos danos causados pelo governo ditatorial. Há, inclusive, uma parcela considerável de pessoas que defende abertamente a tortura ou nega sua existência e reivindica o retorno de um governo militarizado. Trata-se de um contexto em que os registros históricos sobre o tema são desconsiderados por grande parte da população e a memória idealizada de um momento em que supostamente prevaleciam a ordem e o progresso ganha cada vez mais espaço. Partindo dessas ponderações, o presente texto tem o intuito de retomar historicamente o período da ditadura civil-militar brasileira, assinalando a importância da produção contínua desse tipo de estudo a fim de contribuir com as reflexões pertinentes ao tema, através da apresentação de uma revisão bibliográfica baseada em pesquisas de historiadores e outros estudiosos sobre o assunto.

Palavras-chave: Ditadura; História; Memória.

Abstract: The year 1964 marked the beginning of a significant period in Brazilian history that lasted twenty-one years, characterized by persecution, torture, and death. It was a time when fighting against repression in defense of one's ideals and a better future meant risking one's life. However, current perceptions of this period among the Brazilian population are far from unified in recognizing the harm caused by the dictatorial government. There is, in fact, a considerable portion of people who openly defend torture or deny its existence and call for the return of a military-led government. This context reflects the disregard of historical records by much of the population, while an idealized memory of a time supposedly dominated by order and progress gains increasing traction. Based on these considerations, this text aims to historically revisit the period of the Brazilian civil-military dictatorship, highlighting the importance of continued production of studies on this subject, in order to contribute to relevant reflections through a bibliographic review based on research conducted by historians and other scholars on the topic.

Keywords: Dictatorship; History; Memory.

Introdução

Refletir sobre a ditadura civil-militar³ no Brasil é debruçar-se sobre um período controverso, que desperta posicionamentos variados e tem como marcas inúmeras formas de materialização da violência que estão registradas na memória de seus sobreviventes, em diversos documentos e em numerosos estudos que compõem a vasta bibliografia construída ao longo dos anos, sob os olhares e perspectivas de profissionais, testemunhas e intelectuais.

O período ditatorial, assim como outros, consiste em espaço de disputa de memória, no qual, mais do que lembranças, estão incutidas percepções ora convergentes, ora

² Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca.

divergentes, tendo em vista que todo evento histórico é passível de leituras variáveis, dependendo da perspectiva e da forma de interpretação de quem os descreve, fato que pode resultar em visões parciais ou tendenciosas, capazes de influenciar a percepção pública e comprometer a compreensão histórica (Fico, 2004; Campos, 2021).

Nesse sentido, a ditadura civil-militar brasileira, tão debatida no âmbito acadêmico, ainda costuma provocar debates rasos e acalorados fora dos muros das universidades, muitas vezes influenciados por posicionamentos políticos/partidários embasados em discursos de ódio, utilizados para justificar e, em alguns casos, até mesmo exaltar as atrocidades cometidas pelo governo ditatorial como meio de garantir a “ordem e o progresso”, anulando a possibilidade de uma discussão mais aprofundada.

Posto isso, ressalta-se a importância da produção contínua de estudos que retomem esse período. O presente artigo visa contribuir com esse debate, tendo como objetivo apresentar o período histórico do governo militar brasileiro que vigorou de 1964 a 1985, além de destacar a percepção de grande parte da população atualmente sobre o tema, baseando-se em uma revisão bibliográfica fundamentada em pesquisas de historiadores e outros especialistas das ciências humanas consideradas pertinentes.

No intuito de tratar da ditadura civil-militar brasileira o texto conta com os seguintes tópicos: Relação entre memória e História; O golpe de 1964 e a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional; Aparatos repressivos do Estado e apoio internacional e A oposição do regime autoritário e a abertura política.

Relação entre memória e História

De acordo com Reis (2010) e Campos (2021) a memória é seletiva, resulta de um processo de construção política e é direcionada conforme o jogo de interesses vigente, no momento, sendo a sua apropriação e reprodução fruto do contexto em que está inserida. Assim, para compreender este processo é preciso entender o papel da coletividade na sua construção e desconstrução, bem como as estratégias adotadas no ato de silenciar ou destacar acontecimentos.

Le Goff *apud* Campos (2021) sublinha a fluidez e a capacidade de transformação da memória a partir das influências sofridas por novas experiências e informações, proporcionando uma junção entre aspectos psíquicos (mentais) através das funções do cérebro e da inteligência humana para organizar e estruturar lembranças, tendo em vista a capacidade

de utilizar as mais variadas formas de linguagem para compartilhar ideias. Logo, mais do que um fenômeno biológico, a produção da memória envolve um sistema complexo que integra funções fisiológicas e sociais.

Sendo assim, Dosse *apud* Campos (2021, p. 31) explica que a memória é uma das matérias primas da História, advertindo que enquanto a História se fundamenta principalmente em fontes imóveis para representação e problematização do concreto visando o estudo do ser humano no tempo, a memória se embasa especialmente em testemunhas orais, por meio da recordação de imagens e experiências para apreensão do passado, nas palavras do autor: “No limite, uma terminaria onde a outra começa”.

Para Reis (2010) o trabalho do historiador consiste em buscar nas fontes disponíveis registros do passado, no intuito de compreender o contexto em que eles foram efetuados, ocupando uma posição delicada, onde, por um lado, não há pretensão de alcançar uma objetividade absoluta, tendo em vista que também se reconhece como sujeito integrante do processo histórico, mas, por outro, tem o dever de se pautar em uma perspectiva que evidencia as possibilidades de entendimento advindas de suas pesquisas, através de comparação, críticas, etc.

Diante disso, a conexão entre a memória e a história se apresenta envolta num emaranhado de percepções que se encontram atravessadas por incertezas sobre a reconstrução da realidade a partir de aproximações sucessivas do passado, baseadas em vestígios históricos e na manipulação consciente ou inconsciente de fatos, reconhecendo sua validação que enfatiza ou silencia os acontecimentos, num movimento que desempenha uma função demasiadamente significativa na forma como a história é transcrita e apreendida.

Nesse ponto, cabe retomar as reflexões de Le Goff apontadas por Campos (2021) que tratam como fatores fundamentais o ambiente social e político no processo de assimilação da memória, pois os sujeitos que detêm recursos para a reconstrução do passado, de certa forma, também se apropriam dele, transformando a memória em instrumento de poder, pois ela pode ser utilizada de maneira arbitrária e enviesada para justificar gestos e discursos do presente.

Compreender essa circunstância é essencial, considerando que o poder tem a capacidade tanto de reprimir, quanto de produzir comportamentos, interferindo diretamente na realidade em que vivemos (Foucault, 1984). Dentro dessa lógica, a dimensão coletiva da memória é inegável, já que a relevância da influência social na capacidade de rememorar o passado é demasiado significativa. Hawlbachs *apud* Campos (2021) defende a inexistência da memória individual, visto que as lembranças, ativadas em suas mais diversas formas de

registro e interpretações, encontram-se diluídas na coletividade, a partir de compartilhamentos que ora se mantêm, ora se modificam de geração em geração.

Sendo assim, a observação da relação entre a memória e a História que retoma o período da ditadura civil-militar no Brasil, recorte das reflexões realizadas no presente texto, encontra-se envolvida nesse processo que revela o cultivo de uma leitura idealizada do período em questão por uma parcela da sociedade atual e, conseqüentemente, acaba comprometendo o entendimento da história.

O golpe de 1964 e a Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional

Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas do país unidas com o empresariado, a imprensa e outras frações conservadoras da sociedade civil depuseram o presidente João Belchior Marques Goulart (conhecido como Jango)⁴. Foi um golpe de Estado que contou com amplo apoio popular devido a influência orquestrada pelos referidos grupos sob a opinião pública, considerando a sua insatisfação com as políticas reformistas, o crescimento da inflação, os déficits fiscais e a suposta ameaça da implantação de um regime comunista no país.

Conforme Dezemone (2014) e Pressot (2004) um dos símbolos desse apoio foi a organização e a execução da “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, manifestação constituída por associações empresariais, Igreja Católica, representantes da classe média, coletivos de mulheres conservadoras, escolas, faculdades, universidades, entre outros, cujo intuito era demonstrar corroboração com as Forças Armadas. A Marcha se manifestou em várias localidades do país, antes e após a deposição do presidente, sendo que teve seu princípio vinculado a atuação de grupos femininos como a Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE) na cidade do Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) em Belo Horizonte e a União Cívica Feminina (UCF) em São Paulo.

Os autores ressaltam que tais grupos contribuíram substancialmente com o clima de instabilidade política, manifestando-se radicalmente contra as propostas de João Goulart que defendiam estar associadas a “perversa ideologia comunista” e, com isso, angariaram muitos aliados que legitimaram o processo golpista, bem como auxiliaram na sua manutenção, afastando a população de reflexões críticas acerca da violência desmedida e das imposições que caracterizaram esse período.

A imprensa também exerceu papel essencial nesse contexto, propagando discursos alarmantes que disseminavam o medo do comunismo e a urgência dos militares em reprimir os “subversivos”, através da publicação cotidiana de textos em jornais de grande circulação que apresentavam um cenário de risco, onde vigoravam a desordem administrativa e as “terríveis” agitações da esquerda radical (Paula, 2018).

Além disso, Fico (2004) assinala a existência de apoio norte-americano aos opositores do governo de João Goulart e a sua disposição para reconhecer um governo alternativo, no Brasil, e apresenta uma série de recursos utilizados pelos Estados Unidos para colaboração na campanha de desestabilização do governo deposto, desde 1962, especialmente pelos United States Information Service (USIS) que investiu intensamente em propaganda e nos Centros Culturais e de Ensino de Línguas presentes no país.

Nas eleições parlamentares de 1962, houve significativa intensificação da intervenção estadunidense no processo político brasileiro que para além do enaltecimento dos costumes norte-americanos, da defesa do capitalismo e da oposição ferrenha ao comunismo, foram gastos também, ao menos, U\$\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha dos candidatos de oposição ao presidente João Goulart, simpatizantes da política norte-americana, conforme relatos do próprio embaixador Lincoln Gordon.

Jango foi praticamente intimado pelo secretário de Justiça dos EUA a exonerar auxiliares de esquerda empregados no governo brasileiro, sendo que recursos financeiros do governo norte-americano também foram destinados a governos estaduais que se mostravam favoráveis aos Estados Unidos. Ademais, foram oferecidas e realizadas viagens na “terra do tio Sam” sem qualquer tipo de custo para deputados federais, estaduais, senadores, prefeitos, governadores, membros da imprensa, reitores, professores e estudantes universitários com objetivo de motivar lideranças brasileiras.

Diante dessa situação e com direcionamento ditado pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁵, apoiado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por meio da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foram lançadas as bases para a imposição do golpe que conduziu o exercício do poder durante todo o período ditatorial. Segundo Alves (2005) tal doutrina consiste num conjunto amplo de teorias e princípios ideológicos que orientam a infiltração, a coleta de informações e o planejamento político-econômico de programas governamentais.

Nesse sentido, a acadêmica sublinha que, em sua versão brasileira, a Doutrina da Segurança e Desenvolvimento Nacional representa um conjunto estruturado de ideias que

abrange a teoria da guerra, da revolução e do combate à subversão interna e é utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação, por meio do desenvolvimento econômico e da defesa da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”, seguindo o *slogan* “segurança com desenvolvimento”.

Segundo Fon (2001) tal Doutrina resultou também da fusão da Doutrina Alemã de Nacionalidade com a Teoria Franco-Italiana⁶, que proporcionaram a ESG seu próprio conceito de nação, definindo-a como uma estrutura histórico-cultural composta por pessoas que compartilham determinada região de moradia, comungam de tradições, costumes, hábitos, linguagem, ideias, crenças, vocações, lutas e vicissitudes comuns, cabendo ao Estado a sua preservação e proteção.

Sendo assim, a defesa da Segurança Nacional passou a ser entendida como dever do governo, independente do seu custo e sob esse viés os direitos de “conservação” e de “necessidade” do Estado⁷ foram utilizados para explicar o imperativo das medidas excepcionais e “excessivas” a fim de garantir a “proteção” nacional”, pois, diante de um cenário onde a lógica de guerra vigorava no interior do próprio território, a prisão, a tortura e até mesmo o assassinato de subversivos ou suspeitos passaram a ser considerados um “mal necessário”.

Logo, a tese da internalização da guerra direcionou práticas violentas contraparte da população, além de ratificar a prática da tortura que se tornou recorrente para obter informações e confissões ou simplesmente humilhar opositores políticos. Utilizada desde a ditadura do Estado Novo, a tortura foi sistematizada e significativamente desenvolvida a partir da criação do novo aparato repressivo do Estado durante a vigência da ditadura civil-militar.

Segundo D’Araujo, Soares e Castro (1994), a violência policial e militar e o desrespeito aos direitos humanos já eram uma constante nos processos de busca e apreensão, durante o período que antecedeu a eclosão da luta armada, nos primórdios do governo do general Castelo Branco, entretanto, a instituição militar nunca esteve tão integrada com as práticas repressivas quanto nesse momento.

É importante lembrar também que, em meio a esse cenário, o país viveu o famoso “milagre econômico”, período de ascensão econômica, caracterizado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), pelo acelerado processo de industrialização, pela expansão da infraestrutura, com a construção das “obras faraônicas” e pelos grandes investimentos estrangeiros que ludibriaram parte significativa da população, o que causava a sensação de

desenvolvimento e progresso e levou o governo a obter ainda mais apoio popular, mas, por outro lado, resultou em expressiva elevação da dívida externa, ampliação da desigualdade social com a concentração de renda e o conhecido arrocho salarial (Dezemone, 2014).

Por outro lado, a disseminação da ideia de ameaça à Segurança Nacional ocasionada pelos “inimigos internos” proporcionou um clima de suspeita, medo e divisão na sociedade que permitiu ao regime o uso de recursos violentos e abusivos para manutenção do *status quo*. Num percurso que entrelaçou a violência formalizada com a legitimação da barbárie, amalgamando o visível e o “invisível”, conforme a conveniência que ora buscava a demonstração de sua autoridade e capacidade de dissuadir opositores, ora demandava sigilo e ocultação de fatos no intuito de proteger seus mandantes e executores.

No que se refere a identificação do “inimigo interno” Coimbra (2000) pontua que foram os aparatos repressivos do Estado seus definidores, bem como os responsáveis pela determinação das atividades de oposição que deveriam ser combatidas, assumindo poder demasiado sobre a população, com seu reconhecimento amplamente aceito pela mesma sob a justificativa de controlar as temidas atividades de subversão da ordem que ameaçavam o suposto “equilíbrio social”.

Diante dessa ameaça, a organização e a operacionalização de uma rede de órgãos repressivos foram consideradas essenciais e o emprego da violência como método de investigação e punição entendido como ferramenta eficaz para enfrentar a gravidade da situação⁸. Por conseguinte, o direito de defesa, de liberdade de expressão e de associação foram diretamente atingidos e qualquer pessoa poderia ser apontada como suspeita como estudantes, operários, políticos, sindicalistas, professores, militares, jornalistas, religiosos, dentre outros, que foram perseguidos, processados, presos, torturados e assassinados.

Sobre esse aspecto Coimbra (2000) explica que a Constituição Federal estabelecida no ano de 1967, através do Ato Institucional nº 04, ampliou os poderes e as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas, bem como atribuiu ao poder executivo as principais responsabilidades no que tange a segurança nacional, possibilitando ao general presidente expedir decretos-leis sobre temas de segurança nacional nos casos considerados de urgência.

Conforme assinala Joffily (2008), a Constituição de 1967 consagrou a ideia de centralização no combate ao “inimigo interno”, redirecionando as preocupações com conflito de fronteiras territoriais para a luta contra fronteiras ideológicas. Tal fato demonstra como a ditadura civil-militar se pautou na repressão política, desde o seu início, adaptando a

legislação brasileira ao autoritarismo e, de certa forma, a violação de direitos que conduziram o país durante os seus vinte e um anos de duração.

O conceito de crime político foi o que mais se destacou nesse contexto, tendo sido caracterizado como o tipo de crime mais grave, pois mais do que atentar contra a ordem pública como os crimes comuns, os crimes políticos foram considerados atentados contra a segurança nacional, sendo seus autores apontados como elementos de extrema periculosidade, os verdadeiros “inimigos da nação”, portanto, cabia a cada cidadão se empenhar para eliminar essa ameaça.

Pensando nesse combate, Coimbra (2000) destaca também o Ato Institucional n.º 05 que institucionalizou sem disfarces a perseguição aos opositores políticos, numa atuação que a autora denomina como “terrorismo de Estado legalizado”, tendo em vista que, a partir desse momento, a ditadura civil-militar consolidou a operacionalização repressiva de forma mais autoritária e violenta, com licença para censurar e perseguir opositores, viabilizando caminhos para a prática em larga escala da tortura e da execução. Com o referido Ato foi reelaborada a Lei da Organização Judiciária Militar que atribuiu a Justiça Militar a responsabilidade de classificar e julgar os crimes contra a segurança nacional, inclusive os assaltos a banco quando praticados por suspeitos de integrar movimentos subversivos (D’Araujo; Soares e Castro, 1994).

Aparatos repressivos do Estado e apoio internacional

Coimbra (2000) informa que, desde abril de 1964, foi criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), o qual financiou a indústria de artefatos para a repressão sob a justificativa de combater movimentos subversivos, numa missão de “guerra revolucionária”, em síntese, a proposta era reunir em caráter de emergência militares e industriais para expandir e qualificar o sistema de segurança do Estado brasileiro. A autora ainda sublinha que foi desenvolvida uma estratégia para “produção e operação de informações”, com a organização do Sistema Nacional de Informações (SNI), que se estruturava a partir das torturas, durante os interrogatórios, direcionados pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), o qual era presidido pelo general que ocupava a presidência da república e tinha o chefe da Casa Militar como secretário-geral. O SNI, composto por ex-alunos da ESG, era o serviço responsável pela coordenação dos trabalhos do CNS e, durante o governo Médici,

teve ampliação de suas funções e prerrogativas, transformando-se na “quarta Força Armada”, sendo o órgão de repressão mais importante dentro do país.

Em 1967, foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE) e, em 1970, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) já existia, mas foi reorganizado em 1971. Com isso, o governo buscou maior integração entre os organismos destinados a repressão, colocando o exército em posição hegemônica, não apenas por ser a maior força militar, mas também porque a Doutrina de Segurança Nacional atribuía-lhe papel especial na concepção de guerra contra o "inimigo interno" (Joffily, 2008).

Em julho de 1969, a integração entre o setor empresarial e a repressão militar foi formalizada com a criação da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo⁹, financiada pelo Grupo Ultragás e Cobrasma, integrantes do GPMI, além de multinacionais como Ford, Volkswagen, Supergel e General Motors. Sendo que o presidente do grupo Ultra, Henning Albert Boilensen, dinamarquês naturalizado brasileiro, ocupou lugar de destaque entre os patrocinadores, considerando que além de auxiliar no custeio das despesas, chegou a participar pessoalmente de várias sessões de tortura (Coimbra, 2000; Fon, 2001; Gaspari, 2002).

A OBAN foi organizada com três tipos de equipes: busca, interrogatório e análise, que se revezavam em turnos de 24 horas para manter operações contínuas. Participaram dessa operação membros do Exército, Marinha, Aeronáutica, DOPS, Polícias Federal, Civil e Militar, além de oficiais do Corpo de Bombeiros, abrangendo todos os tipos de organismos de segurança e policiamento.

Fon (2001) e Joffily (2008) ressaltam que o lançamento da Operação Bandeirante, inicialmente, ocorreu de maneira ilegal, pois embora tenha sido fundada com a presença de importantes autoridades civis e militares ela não foi formalmente institucionalizada, limitando-se a um conjunto de medidas administrativas internas. Ela só viria a ser oficializada meses mais tarde, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, por meio de uma circular secreta intitulada “Instruções sobre a Segurança Interna”, a qual encerrava uma série de debates sobre a função das forças armadas na garantia da segurança interna que se estenderam por aproximadamente cinco anos.

Tais instruções foram apresentadas no “Seminário de Segurança Interna”, ocorrido em Brasília, e, nessa oportunidade, também foram abordadas estratégias consideradas viáveis a nível governamental para operacionalização da doutrina de segurança interna e a definição envolveu a execução de dois planos de trabalho, sendo um o “Plano Político de Segurança

Interna”, ou PP/SI de responsabilidade do Ministério da Justiça e o outro “Plano Militar de Segurança Interna”, ou PM/SI de atribuição do Estado Maior das Forças Armadas.

Assim, um grupo de trabalho constituído por um representante da Polícia Civil, o comandante da Polícia Militar e um representante do Estado-Maior do comando da área sob a supervisão do secretário da Segurança Pública foi incumbido de elaborar um Plano Estadual de Segurança Interna” (PE/SI), a partir da união do PP/SI com o PM/SI a fim de identificar áreas problemáticas e agentes perturbadores da ordem, bem como definir objetivos a serem alcançados para melhorar a segurança pública.

Conforme Fon (2001) tais planos abrangiam desde a fiscalização das fronteiras até a censura a formas de diversão pública, contendo medidas de segurança a ordem política e social, proteção moral e material, defesa das instalações e dos recursos de interesse nacional, além da coordenação das ações civis e militares, atribuição destinada a Operação Bandeirante.

No que tange a sua estrutura Joffily (2008) explica que era composta por três pilares: 1º) Central de Informações - encarregada de examinar e processar dados através dos oficiais de informações de várias unidades militares; 2º) Central de Operações - responsável pelas operações de combate, formada por oficiais de operações de diversas unidades militares; e 3º) Central de Difusão – cuja atribuição se relacionava ao emprego de ações psicológicas e de controle das notícias acerca da segurança interna.

A autora também destaca que a organização e a operacionalização dos trabalhos da OBAN foram significativamente influenciadas pelos Estados Unidos, explica que o alinhamento do Brasil com este país e a relação estabelecida entre os oficiais de ambos resultou na ESG, bem como na concessão de equipamentos de tortura. Através da Escola das Américas, fundada no Panamá, os Estados Unidos, ofereceram capacitação para militares no intuito de ensinar métodos de combate e interrogatório para diversos países da América Latina.

Segundo Martha Huggins que estudou o programa de cooperação policial entre os Estados Unidos em países da América Latina, a partir do Office of Public Safety (OPS), a atribuição de tal acordo incluía além de orientações sobre captura e interrogatório a elaboração de campanhas de propaganda voltadas ao encorajamento da população civil na formalização de denúncias telefônicas e postais, a disseminação de boatos "terroristas" e a infiltração de informantes em várias organizações civis¹⁰ (Joffily, 2008).

Já sobre a influência francesa cabe ressaltar que ocorreu principalmente pela disseminação da Doutrina de Guerra Revolucionária, desenvolvida durante a Guerra da

Argélia, que utilizava técnicas de contrainsurgência, inteligência, e operações psicológicas. Com isso, oficiais brasileiros também receberam treinamento na França, onde se apropriaram de mais técnicas de tortura e interrogatório. Além disso, D’Araujo, Soares e Castro (1994) e Fon (2001) também destacam a presença de instrutores sul-coreanos, sul-africanos e portugueses entre os torturadores brasileiros, bem como o envio de oficiais do Brasil para Alemanha que ocorria desde os anos de 1950 apontando colaborações bastante diversificadas na qualificação dos agentes repressivos há tempo significativo¹¹.

Contudo, Joffily (2008), adverte que tais influências devem ser entendidas apenas como contribuição e não como principal fonte de aprendizado para sistematização e execução de ações, considerando que resultaram em um repasse de técnicas apropriadas e adaptadas a nossa realidade, pois os torturadores brasileiros possuíam seu próprio *know how* nesse assunto, inclusive, sublinha que os métodos de repressão desenvolvidos no Brasil também inspiraram a operacionalização de ações congêneres em outros países da América Latina.

Segundo a autora, os agentes repressivos agiam através de métodos sofisticados, com requintes de crueldade para ocultar os rastros de suas ações e evitar a identificação de suas vítimas, como amputação das pontas dos dedos para eliminar as impressões digitais, maneiras variadas de impedir os cadáveres jogados nos rios de flutuar e o esquartejamento, com enterro das partes do corpo em locais distintos, fatos que resultaram na ampliação da lista de “desaparecidos”¹² da época.

Dentre os escolhidos para compor os órgãos de repressão Fon (2001) destaca o delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido, na época, por integrar o “Esquadrão da Morte”, o qual, posteriormente, tornar-se-ia um dos maiores símbolos da atuação repressiva no Brasil, além do delegado Raul Nogueira, conhecido como Raul “Careca”, que pertencia ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC)¹³.

Nesse contexto, o autor sublinha que a competência profissional era medida praticamente pelo conhecimento dos métodos de tortura¹⁴, mas, simultaneamente, pontua que nem todos os militares conhecidos por tal prática, durante a ditadura civil-militar, assumiram essa postura de imediato, como exemplo, cita o caso do tenente-coronel Waldyr Coelho, primeiro comandante da Operação Bandeirante, que, inicialmente era contrário à tortura, mas, posteriormente, converteu-se em seu defensor convicto.

Por outro lado, importante destacar que as estruturas dos organismos de repressão visavam o acesso à informação de forma ágil e eficiente, com isso, atuavam seguindo o tripé “rapidez, informações e potência de fogo”. Nesse contexto, a luta contra a subversão em São

Paulo obteve tanto sucesso que, em janeiro de 1970, a OBAN assumiu formato mais desenvolvido, sendo substituída pelo Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), implantado em cada região militar do país e subordinados ao Exército (Fon, 2001, Joffily, 2008).

De acordo com D’Araujo, Soares e Castro (1994) os DOI-CODIs assumiram o comando de todos os organismos de segurança na área, liderado por um oficial do Exército e contaram com efetivos presentes nos demais tipos de organismos de segurança e de policiamento. Os CODIs eram encarregados de planejar, coordenar e assessorar medidas de defesa interna, envolvendo ações relacionadas tanto a informações quanto a segurança, nas Zonas de Defesa Interna (ZDIs)¹⁵, direcionando as atividades de um ou vários DOIs que executavam a parte operacional, assim, via de regra, o DOI mantinha contato direto com os prisioneiros, enquanto o CODI centralizava suas ações no trabalho burocrático administrativo.

Em relação a estrutura do DOI-CODI a historiadora explica que era composta por: 1) Setor de Investigações - responsável por seguir suspeitos e observar “aparelhos”¹⁶, visando identificar e localizar os sujeitos procurados; 2) Seção de Busca e Apreensão – designado à captura de suspeitos, ao desmonte dos “aparelhos”, à cobertura de “pontos”¹⁷, à apreensão de documentos e condução dos presos ao DOPS, auditorias, hospitais, entre outros; 3) Subseção de Interrogatório – incumbido da execução de interrogatórios preliminares, com apoio da Turma Auxiliar, que cuidava da carceragem e da datilografia dos interrogatórios; e 4) Subseção de Análise – a qual cabia a manutenção do arquivo com as fichas dos prisioneiros e das organizações de esquerda, a análise dos documentos apreendidos, o estudo dos depoimentos dos presos, a pesquisa para elucidação de dúvidas, o fornecimento de subsídios ao trabalho dos interrogadores e a elaboração das informações encaminhadas à 2ª Seção do II Exército.

As Subseções de Interrogatório e Análise são apontadas por Joffily (2008) como “centro da engrenagem” da ditadura, pois a partir da prisão o momento determinante tanto para o prisioneiro quanto para os agentes repressivos era o interrogatório e as respectivas equipes agiam de maneira conjunta no intuito de obter êxito em suas atribuições. Era um trabalho que demandava um perfil de profissionais muito específico, especialmente no caso dos interrogadores, muitos não conseguiam se adaptar e por conta própria solicitavam remanejamento. Na rotina do serviço, os agentes envolvidos nessas ações obrigatoriamente utilizavam codinomes, inclusive codinomes compartilhados, como “Ubirajara”, “Tibiriçá”,

“Guimarães” etc. que ora poderiam se referir a uma pessoa, ora a outra, com objetivo de impedir sua identificação, sendo o sigilo um imperativo.

Consoante D’Araujo, Soares e Castro (1994), os militares passavam por processo de formação, nas escolas de instrução, fundamentados em valores de oposição ao comunismo como forma de combater uma ideologia que se disseminava pela sociedade brasileira que, inclusive, havia “contaminado” uma fração dos agentes de segurança, com isso, a urgência e a rigidez no seu enfrentamento se fizeram de maneira ainda mais enérgica, com atuação vinculada a tortura e a execuções a fim de promover a destruição total das organizações de esquerda¹⁸.

Segundo Gaspari (2002) a prática da tortura se incorporou ao currículo e à operação diária dentro da estrutura militar de repressão política, durante a ditadura, devido a uma combinação histórica de dois princípios. O primeiro, de natureza ampla, ligado à ideia de garantir a segurança da sociedade em detrimento de qualquer direito e o segundo princípio relacionado à utilidade da tortura, pois, de acordo com essa lógica, diante das ameaças terroristas caberia aos militares intervir de maneira violenta no intuito de garantir a eficácia na supressão do problema.

Nesse sentido, o autor enfatiza, como já elucidado, que a atuação policial excessivamente abusiva era considerada necessária para combater os “terroristas”, ou seja, atacar e revidar aqueles que se opunham ao regime e buscavam as mais variadas estratégias no seu enfrentamento. Dessa forma, utilizavam-se de recursos diversos para ampliar o medo da população dos danos que essa “guerra” poderia causar, transmitindo a ideia de que somente a punição não seria suficiente para garantir a segurança nacional e que, com isso, os métodos ideais a serem adotados seriam a tortura e o extermínio dos grupos e dos indivíduos subversivos.

D’Araujo, Soares e Castro (1994) e Gaspari (2002) destacam que o combate ao “inimigo” através da tortura não pode ser entendido como uma necessidade, mas como opção política, pois trata-se de um instrumento de Estado e não da lei, a tortura é utilizada, durante breves períodos de poder pelos governantes, como reflexo de suas visões particulares do mundo, especialmente quando se observa as escolhas distintas que outras nações fizeram quando se depararam com a necessidade de combater a guerrilha e o terrorismo, optando por não implantar um estado de exceção. Porém, no Brasil, como em outros países da América Latina, mais do que aceita a tortura foi condecorada, sendo os torturadores recompensados publicamente por suas ações violentas, um exemplo citado por Gaspari (2002) é a concessão

da Medalha do Pacificador pelo CIE que significava reconhecimento pela defesa com “bravura e nobreza da ordem e do progresso da nação”, uma homenagem destinada aos que se destacavam no trabalho, validando e incentivando tal prática.

Dentro dessa lógica o termo tortura foi substituído por diversos eufemismos e as denúncias de sua existência foram, inúmeras vezes, desconsideradas, o autor registra alguns momentos em que denúncias de presos políticos foram descartadas, mesmo diante de provas significativas. Um exemplo é o caso de Paulo de Tarso Vanuck, recluso na Casa de Detenção de São Paulo em greve de fome que foi transferido para DOI-CODI para ser “alimentado”, acabou torturado e tentou denunciar, mas mesmo com hematoma no olho, marcas de pancadas nas pernas e um corte no pescoço o juiz Nelson da Silva Machado Guimarães se recusou a apurar a situação (Fon, 2001).

O autor explica que para operar o aparato repressivo o Estado ditatorial se apoiou na colaboração de juízes, diretores de hospitais, médicos e legistas que se dispuseram a receber e a falsificar registros de saúde de presos brutalmente feridos. Além disso, estabeleceu conexões com figuras relevantes no meio financeiro de onde obteve recursos extras. Num cenário como esse, os torturadores se tornaram "figuras intocáveis" e se acomodaram numa área nebulosa, onde o permitido e o proibido se entrelaçavam, oportunizando a prática da violência indiscriminada sem condenação, na perpetuação de um ciclo de impunidade e injustiça. Assim, foi criando um ambiente onde a tortura era permitida, mas não oficialmente reconhecida.

A oposição do regime autoritário e a abertura política

Embora contasse com apoio de grande parte da população, da Igreja, em especial a Igreja Católica, dos empresários etc. o regime ditatorial contou com diversos opositores, desde seu início, sendo eles alguns dos integrantes das próprias Forças Armadas¹⁹ e diversos estudantes universitários, personagens que ganharam maior visibilidade devido sua atuação de relevância na luta armada.

No que se refere aos militares, Nogueira (2009) destaca a figura de Carlos Lamarca, capitão do Exército que se converteu em símbolo de resistência. Diante da sua decepção com os caminhos tomados pela ditadura civil-militar, do seu envolvimento com estudos sobre o marxismo e da sua identificação com tais ideais decidiu deixar a carreira militar e acabou se tornando um dos mais destacados líderes do movimento de guerrilhas.

Já D'Araujo, Soares e Castro (1994) assinalam a participação dos universitários que também eram entendidos como significativa ameaça ao poder ditatorial, mas o motivo era a sua posição privilegiada na pirâmide social que poderia comprometer o regime através da influência exercida em meio a elite intelectual do país²⁰.

Dentre os grupos de resistência Nogueira (2009) cita o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP), o Partido Operário Revolucionário (PORT), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES), o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), sendo que diversas dessas organizações optaram por combater o regime através do conflito armado.

O autor sublinha que, desde a deposição do governo de João Goulart, pequenos núcleos de oposição se organizaram no intuito de promover o confronto armado, contando com integrantes das mais variadas categorias, mas, após a imposição do AI5, no final do ano de 1968, diante do momento mais austero da repressão, a quantidade de organizações de resistência que optou pela luta armada se ampliou significativamente.

Dessa forma, os movimentos de guerrilha passaram a contar com mais colaboradores e intensificaram seu trabalho com ações ousadas como ataque a organizações militares, fugas, sequestros de autoridades estrangeiras²¹, treinamento e atuação na zona rural, expropriações de armas e munições de quartéis, assalto aos bancos, entre outros no intuito de viabilizar o confronto com o Estado ditatorial²². Sendo que as organizações que contavam com a participação de ex-agentes da repressão se tornaram mais influentes em razão da experiência profissional de seus membros, como MR-26, MR-8, MNR, MAR, VPR e FLN.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1970 os aparatos de repressão e o governo ditatorial como um todo passaram por um processo de enfraquecimento, pois uma crise econômica atingiu o país, reduzindo apoio popular, os grupos de resistência armada foram exterminados, e, com isso, os empresários que, outrora financiavam com entusiasmo o funcionamento dos órgãos de repressão, passaram a demonstrar pouca disposição para manutenção desse tipo de apoio. Ademais, a insatisfação e a mobilização de estudantes, trabalhadores, intelectuais e até religiosos contra a ditadura se ampliaram, a população passou

a pressionar o governo para abertura política e a comunidade internacional intensificou as críticas sobre as violações de direitos humanos que ocorriam no país.

Diante dessa situação, a tortura foi perdendo seu protagonismo e os órgãos repressivos sendo gradualmente desativados, o DOI teve suas atribuições reduzidas e posteriormente transferidas ao DOPS e ao Departamento de Polícia Federal respectivamente, restando aos torturadores o remanejamento para outros setores do serviço público²³ (Fon, 2001 e Joffily, 2008).

A extinção do DOI-CODI ocorreu no final do governo do general João Batista Figueiredo, através de uma Portaria estabelecida pelo ministro do Exército, o general Valter Pires. Além disso, várias modificações já vinham sendo realizadas, desde o governo de Ernesto Geisel, com objetivo de garantir uma abertura política “lenta, segura e gradual”.

Durante o encerramento do governo ditatorial, Mezarobba (2010) sublinha que houve mobilização significativa no intuito de estabelecer uma lei que promovesse anistia dos perseguidos e presos políticos, bem como a defesa intransigente dos direitos humanos. Essa reivindicação era defendida por políticos e intelectuais, há tempo significativo, mas ganhou adesão popular e visibilidade internacional no final da década de 1970, sendo finalmente promulgada em junho de 1979.

Mas a lei aprovada pelo parlamento foi implantada sem nenhum diálogo com a sociedade, nem com seus prováveis beneficiários, desconsiderando os Comitês montados para debate sobre anistia e seguindo prerrogativas bastante adversas das propostas pleiteadas pelos movimentos da sociedade civil, pois embora atendesse em parte as demandas dos acusados de crimes políticos também garantia proteção dos agentes repressivos contra represálias ou qualquer tipo de responsabilização.

Além disso, Mezarobba (2010) assinala que, de certa forma, a transição do poder com eleições indiretas para o primeiro presidente civil e a posse de José Sarney, membro da ARENA, com o falecimento de Tancredo Neves (MDB) também contribuíram para assegurar a impunidade dos integrantes do aparato repressivo do Estado, “sufocando” o debate sobre a violação dos direitos humanos. Segundo a autora, essa discussão só obteve espaço no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com a promulgação da Lei dos Desaparecidos (Lei n. 9.140), que reconheceu 136 desaparecidos políticos como mortos, admitindo pela primeira vez a responsabilidade do Estado na autoria de crimes durante o período ditatorial.

Outro momento importante destacado pela estudiosa se refere a regulamentação da Comissão de Anistia pelo Ministério da Justiça no ano de 2002 e a indenização de ex-

perseguidos e presos políticos. No que tange a reparação da memória, Mezarobba (2010) explica que o Estado agiu de forma ainda mais lenta e reduzida, pois, embora existam inúmeros documentos nos acervos públicos para consulta, centros de tortura que se tornaram museus, entre outros é evidente que parte da sociedade atual ainda não identifica as violações praticadas, durante a ditadura civil-militar, pelos agentes do Estado como crimes.

No ano de 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade como forma de “acerto de contas do Estado com a sociedade”, que conseguiu revelar muito do que se encontrava encoberto pelas tentativas de apagamento histórico. Todavia a sua criação enfrentou muita resistência por uma parcela dos políticos, forças armadas e parte da população e o legado das graves violações de direitos humanos permanece por meio da execução de práticas policiais repressivas e da mentalidade punitivista de grande parte da sociedade.

Considerações finais

O período em que a ditadura civil-militar esteve em vigência no Brasil foi marcado pelo autoritarismo e pela violência. Há inúmeras pesquisas embasadas em registros históricos sobre esse fato; os pontos apresentados ao longo do texto são apenas uma parcela ínfima desse universo, mas os discursos que defendem o retorno do período ditatorial atualmente se multiplicam em espaços variados, reproduzidos, com frequência, por sujeitos que alegam nostalgia de um tempo que não viveram.

Nesse contexto, muitas vezes, fatos históricos são negados e memórias são construídas sob escombros de uma Doutrina que preconiza a guerra para a eliminação do inimigo. Tal fato demonstra que além do lado assumido pela fração da sociedade de se colocar a favor de um futuro pautado no autoritarismo e na violência de Estado ainda há uma lacuna no acesso à informação ou dificuldade para compreender as deturpações no processo de interpretação da história.

Assim, cabe retomar a reflexão inicial sobre memória e história, considerando como elas se entrelaçam e como a suas percepções se modificam de acordo com as interpretações e mobilizações que ocorrem no presente, assinalando a urgência de manter viva a discussão, dentro e fora das universidades, sobre os danos causados durante o período ditatorial. Relembrar esse período nefasto da história é um imperativo, pois encontramos-nos em um momento em que a tortura é, muitas vezes, defendida sem constrangimentos e um político que, durante sua campanha eleitoral, atacou os direitos humanos e homenageou torturadores

ocupou a cadeira da presidência da república e se utilizou do poder que exercia para reforçar a construção de uma memória que idealiza e exalta a ditadura civil-militar brasileira.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: Edusc, 2005.

CAMPOS, Guilherme Pires de. **O Memorial da Resistência de São Paulo: análise de uma política pública de memória e suas contribuições ao longo de uma década Franca - S.P**, 2021. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ff876f8e-feb3-4241-bbcf-277db91f09cd/content>. Acesso em: 21 jul. 2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**, v. 5, n. 2, p. 1 – 22, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfpkCTH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/5582a816-e1d8-458c-b76c-2fd7e55880ce/content>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan**. n.11, p. 56-67, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/14305/11108>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47, pp. 29-60, 2004. (capítulo II). Disponível em: [https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/16926/material/Fico%20-%20O%20grande%20irm%C3%A3o%20\(cap%C3%ADtulo%202\).pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/16926/material/Fico%20-%20O%20grande%20irm%C3%A3o%20(cap%C3%ADtulo%202).pdf). Acesso em 15 jul. 2024.

FON, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/89955ef8e43de1f54aba061374228802.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em: <https://xadrezverbal.com/wp->

content/uploads/2016/05/jacobgorender-combatenastrevas-aesquerdabrasileira-dasiluses perdidas lutaarmada-140830160033-phpapp01.pdf. Acesso em 12 jul. 2024.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Tese (Doutorado em História Social) –, Departamento de história, Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **Sur – Revista internacional de direitos humanos**, v. 7, n. 13, p. 7-25, 2010. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/41722/entre_reparacoes_meias_mezarobba.pdf. Acesso em 25 jul. 2024.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Carlos Lamarca: o militar guerrilheiro (1969/1971)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-95329/carlos-lamarca--o-militar-guerrilheiro-19691971>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. **Regime militar na perspectiva do jornal lavoura e comércio de Uberaba (1964-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Júlio de Mesquita Filho da Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/11bb898e-9fa3-465b-9643-3049d0137c74/content>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PRESSOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2004. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/9817>. Acesso em 25 jul. 2024.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudo de História**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 jul. 2024.

¹ Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em história na UNESP orientado pela Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva no ano de 2024.

³ A designação civil-militar se refere ao fato de a ditadura ter sido instituída pelos militares e contado com significativa contribuição da sociedade civil, tanto na sua implementação quanto no seu desenvolvimento, portanto, rotular exclusivamente como ditadura militar negligencia o envolvimento dos civis que desempenharam um papel decisivo nesse cenário

⁴ João Goulart assumiu a presidência em razão da renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, eleito em três de outubro de 1960.

⁵ A ESG foi fundada no ano de 1949, com a assistência de consultores franceses e estadunidenses, para capacitar profissionais com o objetivo de desempenhar funções de liderança e planejamento na segurança nacional.

⁶ A Doutrina Alemã foi fundada na “identidade de raça, integridade de território, na comunidade de língua, religião, costumes, história, tradições e limites naturais para o Estado”, enquanto a Teoria Franco-Italiana conceitua a nação como: “uma sociedade natural de homens que a unidade de território, de origem, de costumes e de língua leva à comunidade de vida e de consciências sociais.

⁷ O “direito de conservação” consiste na liberdade irrestrita para a tomada de medidas preventivas ou repressivas diante da ameaça de outro Estado e o “direito de necessidade” trata da possibilidade de cometer um crime para salvar a própria vida.

⁸ O ex-delegado do Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, Firmino José Pacheco, justifica a utilização da tortura como único recurso eficiente para imposição da ordem, afirmando que os presos políticos possuíam significativa capacidade de resistência a autoridade do Estado, pois não cooperavam e não cediam de outra forma.

⁹ Cidade identificada como epicentro dos movimentos de esquerda no período da ditadura civil-militar.

¹⁰ Proposta alinhada ao Programa Phoenix estabelecido no Vietnã do Sul em 1967 com apoio financeiro dos Estados Unidos.

¹¹ Posteriormente, muitos dos países que ajudaram a treinar os quadros repressivos brasileiros se tornaram críticos contundentes das violações dos direitos humanos no Brasil.

¹² O recurso do “desaparecimento” de presos políticos apresentou aumento expressivo em 1971 e atingiu seu ápice em 1974. Com isso, evitava-se a repetição excessiva do discurso de mortes causadas por tiroteios, atropelamentos, suicídios e tentativas de fuga.

¹³ Além da estrutura repressiva oficialmente institucionalizada a perseguição aos subversivos também se deu a partir do apoio de colaboradores voluntários que se organizaram por meio de coletivos e associações civis, geralmente de caráter clandestino, como o CCC e Movimento Anticomunista (MAC).

¹⁴ Destaque para métodos como arrancamento de dentes, afogamento, geladeira, soro da verdade, torturas químicas, torniquete, espancamentos, cadeira do dragão, pau de arara, maquininha de choque/pimentinha/perereca ou manivela e polé ou roldana.

¹⁵ Criadas estrategicamente para garantir a precedência do exército sobre as demais forças armadas, embora elas também fossem representadas formalmente nessas zonas.

¹⁶ Casas, apartamentos, sítios ou qualquer tipo de instalação que pudesse oferecer segurança e discricção aos militantes utilizados como esconderijo, locais para realização de reuniões, para armazenamento de materiais e planejamento de ações contra o governo.

¹⁷ Locais predeterminados, destinados ao encontro de militantes para troca de informações, planejamento e coordenação de ações, entrega de documentos, armas, munições ou outros materiais de relevância para os grupos de militantes.

¹⁸ Defendiam que o comunismo era sinônimo de totalitarismo, cujo objetivo consistia na eliminação das diferenças individuais, uma “ideologia agressiva e expansionista” que deveria ser aniquilada em nome da “liberdade e da democracia” tal percepção está presente no estudo sobre a Guerra Revolucionária de autoria do tenente-coronel Waldyr Coelho.

¹⁹ Os agentes da repressão que discordavam ou não aderiam ao regime, foram apontados como “legalistas” (apoiavam o governo deposto) ou simpatizantes da doutrina comunista e foram submetidos a uma condição insustentável com a implantação de uma campanha destinada à sua perseguição, expulsão e prisão.

²⁰ Cabe ressaltar que, nessa época, a juventude, ao redor do mundo, iniciou movimentos de contestação aos hábitos, costumes políticos e morais vigentes e, no Brasil, o movimento estudantil seguiu pelo mesmo caminho, denunciando o autoritarismo nas universidades e, muitas vezes, utilizando discursos que remetiam a luta de classes, a guerra contra o imperialismo, a crítica ao consumismo e a organização de guerrilhas.

²¹ Os sequestros seguiram a seguinte cronologia: em setembro de 1969, o embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em março de 1970, o cônsul japonês Nobuo Okushi e, em junho do mesmo ano, o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben.

²² Entretanto, Jacob Gorender destaca que mesmo focados num objetivo comum, ou seja, acabar com o governo vigente e, em muitos casos, promover uma Revolução Comunista a esquerda se manteve fragmentada devido a posicionamentos divergentes sobre questões secundárias ou a rivalidades pessoais.

²³ Dessa forma, grupos clandestinos de tortura como os “Voluntários da Pátria” no Nordeste e o “Braço Clandestino da Repressão” em São Paulo foram montados por agentes da repressão inconformados com esse processo de mudanças.